

EXCEÇÃO FISCAL

Gastos retirados do cálculo do teto de despesas pressionam dívida pública

THAÍS BARCELLOS
thais.barcellos@globo.com.br
BRASÍLIA

O aumento dos gastos públicos e dos juros básicos acenderam um sinal de alerta sobre um crescimento mais rápido da dívida pública. Para especialistas, chama a atenção a expansão de iniciativas bancadas com recursos fora do cálculo do teto de despesas, como é o caso do combate aos incêndios pelo país, dos precatórios (dívidas judiciais) e do crédito subsidiado.

Mesmo que o governo cumpra as metas do arcabouço fiscal, algo que já era objeto de descrença, o entendimento é que pode não ser suficiente para pôr a dívida pública em trajetória sustentável nos próximos anos, ainda mais com juros maiores. Na semana passada, o Banco Central (BC) elevou a taxa Selic de 10,5% ao ano para 10,75%.

A dívida bruta brasileira está em 78,4% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o último dado disponível, de julho, e só perde para o período da pandemia. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a dívida do Brasil este ano será a quarta maior entre 36 países emergentes.

O endividamento deve continuar aumentando até 2032, quando encostaria em 90% do PIB, conforme as expectativas do mercado, compiladas pelo Banco Central. O próprio governo aumentou suas projeções na proposta orçamentária do ano que vem. Embora continue estimando que o pico ocorrerá em 2027, mudou o patamar de 79,7% para 81,8% do PIB, caindo nos anos seguintes. Na prática, quanto maior a dívida, cresce o risco de calote e, assim, maior o custo em juros para mantê-la. O refinanciamento da dívida é o principal gasto da União, superando a Previdência.

Em entrevista a Valor, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reconheceu a piora nos indicadores da dívida pública. Deve fechar este ano entre 77,5% e 77,8% do PIB, segundo o secretário. O dado mais recente do Tesouro

ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

Dívida bruta do governo (em dezembro de cada ano)



Estimativas para Dívida Bruta



Fonte: Banco Central / Sistema de Expectativas de Mercado/Banco Central

EDITORA DE ATE

indicava 76,6% do PIB em 2024. "A alta do PIB ajuda, mas, por outro lado, tem um novo ciclo de aperto na política monetária que tem algum impacto, já que parte importante da dívida é corrigida a taxa flutuante", disse Ceron.

COMPROMISSO FRACO

Essa piora na dívida fez mercado e analistas das contas públicas estranharem a decisão do governo de liberar, na semana passada, R\$ 1,7 bilhão do Orçamento, mesmo com o crescimento de R\$ 11,8 bilhões da previsão de despesas entre julho e setembro. Deste valor, R\$ 11,7 bilhões foram retirados da contabilidade da meta com autorização do Congresso e do Judiciário.

São créditos extraordinários para o enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul e no combate aos incêndios. Se fossem considerados como despesas, a projeção para as contas públicas seria um rom-

bo de R\$ 68,8 bilhões, e não de R\$ 28,3 bilhões. A meta de 2024 é zero, podendo chegar a um déficit de R\$ 28,8 bilhões.

Parte do pagamento de precatórios também está fora do limite de gastos até o fim de 2026 por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Outro ponto contestado pelo mercado é que o governo vem considerando a margem inferior da meta para tomar ações de limitação orçamentária, o que reduz a confiança do instrumento como âncora fiscal.

A equipe econômica diz que usa o piso como referência, com base em regras fiscais na Constituição. Em relação aos créditos extraordinários, um integrante da Fazenda diz que uma parcela relevante deve ser cancelada no fim do ano, como a verba do leilão de arroz, que foi suspenso. O valor era de R\$ 7,5 bilhões.

Para a diretora de Macroeconomia do UBS Wealth Management no Brasil, Solange

DESPESAS DO GOVERNO QUE FORAM RETIRADAS DO TETO DE DESPESAS

Créditos extraordinários

A abertura de crédito serve para fazer frente a gastos urgentes e imprevisíveis e não entra no limite de despesas. A maior parte do valor liberado neste ano, de R\$ 40,5 bilhões, está relacionada às medidas para o enfrentamento das enchentes no Rio Grande do Sul e ao combate a queimadas no país.

Precatórios

Decisão do Supremo Tribunal Federal do ano passado derrubou medida aprovada no governo Bolsonaro e autorizou o pagamento de precatórios (dívidas decorrentes de decisões judiciais) sem que os valores sejam contabilizados no cálculo da meta fiscal até 2026. Foram R\$ 30,1 bilhões neste ano e estão previstos mais R\$ 44,1 bilhões em 2025.

Pé de meia

Outra despesa que ficou fora do cálculo da meta fiscal é o programa de incentivo à permanência de jovens na escola. A iniciativa, que prevê a criação de uma poupança para o aluno que concluir o ensino médio, é financiado por um fundo, usando recursos que foram aportados em outros fundos no passado.

Fundos

O governo também tem feito aportes em fundos que subsidiam a concessão de crédito. Um exemplo é Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), usado para possibilitar o socorro às empresas aéreas. Houve ainda destinação de R\$ 15 bilhões do Fundo Social para financiamento de empresas no âmbito do combate à calamidade provocada pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Slour, a mensagem que fica é que o governo não vai perder a oportunidade de gastar tudo que for possível. Ela lembra que o ciclo de alta de juros do BC considera uma desaceleração dos gastos públicos.

Mas ela avalia que os riscos têm aumentado diante de novos gastos fora do teto, como o Pé de Meia, programa de incentivo à permanência de jovens nas escolas. Para Solange, a sustentabilidade da dívida entrou no radar do mercado, mas ainda não causa grandes comoveções devido aos bons ventos trazidos pelo início do corte de juros nos EUA.

PROJEÇÕES SOBEM

O economista da XP Investimentos Tiago Sbardelotto acrescenta que o governo tem turbinado as despesas financeiras com aportes em fundos para dar garantias em concessões de crédito e fortalecer bancos públicos.

— Não afeta o resultado primário, não é restrito ao limite de despesa, mas afeta a dívida pública. O governo pode cumprir a meta, mas a dívida vai crescer substancialmente, quase 21 pontos em oito anos.

O economista já elevou as projeções para a dívida nos próximos anos. São no terceiro mandato de Lula, Sbardelotto calcula um avanço de 12,8 pontos percentuais da dívida bruta, que terminaria 2026 em 84,5%. Antes, esperava 82,7%. Para 2030, a projeção passou de 87,6% para 92,7%.

Segundo o economista da XP, a trajetória não é explosiva, mas preocupa, o que aumenta a percepção de risco fiscal do país. Como resultado, os investidores cobram juros maiores para financiar a dívida, o que prejudica a economia.

O economista do Santander Brasil, Ilalo Franca, afirma que as dívidas fiscais e sobre a alta de juros colocaram a trajetória da dívida no radar do mercado.

— Eu acho que ainda é cedo para dizer que a dívida não vai convergir lá na frente, mas requer cautela. No nosso cenário, é uma convergência lenta, perto de 2033.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 21